



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA DEZ DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2025.

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, conforme Edital de Convocação publicado aos quinze dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, no Diário Oficial do Município de número 91, Ano XIII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025. A Audiência Pública presencial foi presidida pela Vice-Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereadora Indiara Barbosa e participaram os Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates - Mandata Preta, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes e Professora Josete. Ausente, justificadamente, o Vereador Serginho do Posto (requerimento 056.00038.2024). Também estiveram presentes servidores do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP) e da Secretaria Municipal de Finanças, abaixo mencionados. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "**A SRA. PRESIDENTE**:- Obrigada, bom dia a todos. Declaro aberta a audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. Essa audiência terá duração máxima de duas horas, com início às 9h37 e término às 11h37. Eu agradeço a participação do Sr. Alexandre Matschinske, que está aqui ao meu lado, presidente do Instituto Municipal de Administração Pública, o IMAP, da Sra. Daniele Regina dos Santos, superintendente executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, a qual fará apresentação nessa audiência. Também cito aqui a presença do Sr. Carlos Eduardo Kukolj, diretor de orçamento; Márcio Heimoski, gerente de orçamento da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento; Sr. Bernardo Zanini Fadel, diretor de Desenvolvimento Institucional do IMAP; a Sra. Adriana Santos, diretora de Planejamento, Pesquisa e Inovação do IMAP; e os demais técnicos da equipe do IMAP e da Secretaria de Finanças. Também agradeço a presença dos membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Hoje o Vereador Serginho do Posto, que é o Presidente da comissão, não pôde participar, por isso que eu estou presidindo. Destaco a presença da Vereadora Josete, que está participando da audiência de forma on-line. E também aqui na Câmara o Vereador Márcio Barros, a Vereadora Giorgia Prates, o Vereador Bruno Pessuti, o Vereador Hernani, o Vereador João da 5 Irmãos, o Vereador Osias Moraes, que fazem parte da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. As demais autoridades, representantes de associações, entidades, funcionários, cidadãos e Vereadores que

nos assistem. O edital de abertura de consulta pública e convocação dessa audiência pública, com as instruções para acesso ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na internet foi publicado no Diário Oficial do Município, nº 91, de 15 de maio de 2024. Também foi publicado na edição 12.404, do Jornal Bem Paraná, página 12, em 16 de maio de 2024. Informação sobre os trabalhos. Informo que a presente audiência obedecerá ao seguinte roteiro: apresentação do relatório da consulta pública realizada pela Câmara Municipal de Curitiba, explanação do Sr. Alexandre Matschinske acerca da pesquisa Fala Curitiba e resultados para elaboração da LDO, e explanação da Sra. Daniele Regina dos Santos a respeito do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025. Concessão da palavra para questionamentos, comentários ou sugestões, que obedecerá a seguinte ordem: aos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, aos demais Vereadores e aos participantes, que podem registrar sua manifestação nas papeletas disponibilizadas na recepção do Plenário com a equipe de cerimonial, e os que acompanham a Sessão virtualmente podem se manifestar por meio do e-mail da Comissão de Economia que aparece na tela, comissaoeconomia@cmc.pr.gov.br. Nós temos aqui também pessoas da população, dos projetos, inclusive, que foram apresentados na consulta pública e que, se for possível, também vamos dar a palavra para participarem da audiência. Passo agora, então, à apresentação do relatório da consulta pública da Câmara. *(É feita apresentação do relatório na tela e a Vereadora comenta)*. Então, aqui é o resultado da consulta pública que foi feita nos últimos dias, que a população poderia enviar através de um formulário que ficou disponível no site da Câmara as suas sugestões, etambém aqui na recepção da Câmara de forma presencial. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a população enviou sugestões para a consulta pública da Câmara. Aqui um pouquinho do conceito da LDO, que é o projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias que define as metas e prioridades, bem como as regras para elaboração, organização e execução do orçamento de Curitiba para o próximo ano. O orçamento total de Curitiba para 2025, que consta na LDO, quatorze bilhões e duzentos milhões, teve um crescimento de 10% em relação à LDO de 2024, e um bilhão de reais é o valor que a Capital pretende realizar como investimento, e teve um aumento de 86% nos recursos em comparação com a LDO do ano passado. O marco legal da consulta pública, como eu citei, é o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101 de 2000. Como também já citei, demos total transparência para essa consulta pública, ficou disponível na página do orçamento da cidade, a Câmara e a nossa equipe de comunicação, que eu também cito e agradeço, fez um site, uma página separada com o orçamento da cidade, disponibilizando um *hotsite* da LDO de 2025, com o *link* para o questionário da consulta pública e todas as informações também da audiência pública, explicando ali também sobre o orçamento da cidade. Esses sites, essas informações foram divulgadas nas redes sociais da Câmara, no portal, no site da Câmara Municipal entre os dias 16 e 30 de maio, também foram publicadas notícias nos sites e na imprensa, e nos terminais de ônibus de Curitiba um *banner*, como consta ali na tela, com a exibição do QR code, linkando para esse site e para o questionário da consulta pública. Foram feitas oito matérias divulgadas no site da Câmara e distribuídas à imprensa, que também foram passadas na televisão, em diversos canais. Essas reportagens resultaram em vinte e seis inserções publicadas na imprensa sobre o projeto da LDO. Pode passar. E aqui agora os resultados dessa consulta pública. A consulta teve um total de seiscentos e noventa e dois participantes, então, foi uma participação recorde em relação aos anos anteriores, um aumento de 31% em relação a 2023, e a forma de participação, 99,1% foi pelo site da Câmara, então, a participação on-line, que acho que é uma coisa positiva, que possibilita as pessoas a participarem mais, e apenas 0,9% nas urnas. Aqui os participantes por regional da cidade, então, na nossa consulta, o Cajuru teve aí uma participação de 23%, a Regional Matriz de 18%, Boa Vista 16%, e depois os demais bairros. Então, aí por regional. E por áreas, quando avaliamos as áreas mais demandadas, tivemos demandas, principalmente, em obras públicas, cento e vinte e

oito participações, meio ambiente e sustentabilidade também bem próximo, e depois assistência social, segurança, educação e transporte, mobilidade e trânsito. Aí são as principais áreas que foram demandadas pela população. Aqui um gráfico que mostra as principais áreas ali, obras, **(J)** meio ambiente, assistência social, sendo que a assistência social desse grupo corresponde a 53% das demandas. Então, aqui dividido. As três principais obras demandadas, foram implantação e pavimentação de asfalto - 54%; melhorias na drenagem para evitar enchentes; manutenção da pavimentação, operações tapa-buracos e pequenos reparos. Foram as principais áreas relacionadas a obras. Meio ambiente e sustentabilidade também, três principais demandas, que foram implantações de parques ou praças, estudos e projetos relacionados a energias renováveis, sustentabilidade e manutenção ou reforma de parques ou praças. Assistência social, também as principais demandas foram assistência à criança e ao adolescente - 84%; atendimento à população em situação de rua - 9%; e políticas de qualificação e emprego - 4%. Essas foram as principais. Aqui são os integrantes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Agora eu passo a apresentação à explanação, primeiramente, do IMAP, a partir desse momento, concedo a palavra ao Presidente do IMAP, Sr. Alexandre Matschinske, para sua explanação. **O SR. ALEXANDRE MATSCHINSKE:-** Muito obrigado. Bom dia, Vereadora Indiara Barbosa, a quem, cumprimentando, cumprimento todos os demais Vereadores. Da parte do IMAP, na apresentação da LDO diz respeito às consultas públicas do Fala Curitiba. Então essa primeira etapa já foi realizada a partir do mês de março e lembrando que agora nós estamos entrando na parte final, que é a votação da LOA. Se puder colocar a nossa apresentação, por favor. *(São exibidos os slides)*. Bom, então a consulta começa de uma forma onde a Prefeitura prepara todas as administrações regionais, todo o corpo técnico da Prefeitura numa reunião prévia, aonde nós vamos passando e mostrando a todos os servidores, que se envolver no processo, quais são as etapas, quais são as formas de participação, qual é a melhor forma para que cada uma das regionais possa ter uma abrangência de participação o mais plural possível, podendo buscar com que todo cidadão possa ter acesso na participação. Então, a nossa primeira consulta, se puder voltar um pouquinho, a nossa primeira consulta acontece primeiramente de forma on-line, através do site do Fala Curitiba e no Fala Curitiba Móvel, no período de 1º de março a 31 de março para fazermos a escuta da população com relação aos assuntos da LDO que também foram publicados em jornal, que foram divulgados através de *banners* nas regionais, também teve essa divulgação em matérias veiculadas na imprensa. Então, uma ampla divulgação do processo para que pudesse ter o maior número de participação. Bom, como eu falei, a participação foi divulgada amplamente no site da Prefeitura, no *site* do IMAP, com *card* de divulgação, esses *cards* de forma tanto digital como impressa. Também foi publicado isso em jornais de grande circulação aqui do município, no Diário Oficial; as matérias jornalísticas, como eu comentei, tanto no site da Prefeitura como em rádio e televisão. E agora o formato dessa participação. Então, cada cidadão que participou dessa etapa do Fala Curitiba, poderia indicar até cinco subitens organizados, obviamente, por políticas públicas. Então, ao todo tinham cento e setenta e nove subitens divididos em dezessete políticas públicas. E aqui trago um dado relevante nessa fase de participação do programa, que, ao todo, foram oito mil novecentas e setenta e quatro participações, tanto pelo Fala Curitiba Móvel como através do *site* do Fala Curitiba, que totalizaram quase trinta e três mil indicações de temas e subitens a serem avaliados por nós. Ali as dezessete políticas públicas, como vocês podem ver, desde a assistência social até o turismo. A participação, através da internet, que totalizou quase duas mil participações no formato *on-line*, lembrando que tanto o formato *on-line* como o presencial, através das fichas do Fala Curitiba Móvel, era exatamente igual, então a participação acontecia exatamente da mesma forma para aquela pessoa que optou por participar no Fala Curitiba Móvel e para aquela que optou em participar através da internet. Então, aqui os formulários, ao todo foram sete mil e oitenta e oito formulários cadastrados na nossa plataforma, possibilitando e facilitando a participação do

cidadão no programa. Aqui o Fala Curitiba Móvel, uma inovação que foi muito bem recebida, foi aprovada pela comunidade. Isso já aconteceu em anos anteriores, mas realmente é uma ação que hoje vem se tornando uma das maiores formas de participação. Ao todo foram cento e cinquenta e duas ações realizadas dentro desse mês de março, possibilitando todo aquele número de participações que eu mostrei anteriormente. O Fala Curitiba Móvel visitava oito locais por dia, então os locais de grande circulação, possibilitando com que a população tivesse essa participação realmente expressiva nesse ano. Aqui muito parecido com o levantamento da Câmara que foi feito, obras públicas é realmente o tema mais solicitado pelo cidadão, tanto no Fala Curitiba agora e também na consulta feita pela Câmara. Algumas pequenas diferenças, mas se vê segurança, saúde, meio ambiente e assistência social, que são aquelas que mais apareceram nos levantamentos aqui de vocês, também se reflete aqui nos levantamentos feitos por nós, através do Fala Curitiba. O tema pavimentação, como no de vocês aparece como a principal demanda, no nosso também aparece, ou seja, sete das dez administrações regionais definiram o tema pavimentação em obras públicas como os itens mais demandados. Então, realmente esse é um tema que vem sendo batido já há algum tempo. Também a parte de segurança, através da Guarda Municipal, o aumento do efetivo, e essas participações também representam um aumento de 9% da edição do ano passado, da LDO do ano passado, o que também nos deixa muito animados, muito felizes, porque isso mostra que a população vem aderindo a esse programa cada vez mais. Então essa adesão da população também nos dá a confiança de que esse está sendo um programa efetivo que vem trazendo e apontando resultados ao longo dessa gestão do Prefeito Rafael Greca. Aqui o nosso infográfico, quando fazemos um resumo rapidamente de tudo que eu falei, isso também fica à disposição para que os senhores possam consultar depois. E gostaria de fazer aqui um agradecimento muito especial a toda a equipe que trabalha no Fala Curitiba, à equipe do IMAP, não só à equipe do IMAP, mas também às equipes das administrações regionais, das secretarias, que se dedicam durante um longo período de tempo para poder fazer com que o Fala Curitiba realmente aconteça de uma maneira que é reconhecida nacional e internacionalmente. Então, realmente agradecer aqui à servidora e diretora de Planejamento, a Adriane Cristina dos Santos, e também à Simone Iubel, que é a pessoa que ajuda e está no dia a dia na coordenação do programa. Então, cumprimentando as duas, eu cumprimento todas as servidoras do IMAP que fazem com que o programa aconteça, e aos demais servidores da Prefeitura de Curitiba. Muito obrigado. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Sr. Alexandre. Também só agradecer pela participação e parabenizar pelo trabalho que acompanhamos de perto, tanto na cidade no Fala Curitiba Móvel quanto nas reuniões do Fala Curitiba. Sabemos que a equipe do IMAP está sempre presente, auxiliando os administradores regionais, as equipes a colher essa participação popular e fazer com que a participação popular seja mais eficiente possível. Então, parabéns pelo trabalho. Eu passo, a partir desse momento, a palavra à Sra. Daniele, que é representante da Secretaria Municipal de Finanças, para a explanação detalhada da Lei de Diretrizes Orçamentárias. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Então, bom dia a todos. O objetivo hoje aqui é trazer a explicação do projeto de lei da LDO 2025. É a última LDO que essa gestão apresenta na Câmara, estamos nos finalmente das Leis Orçamentárias. Então, como nós sabemos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma lei ampla que inicia a tratativa das questões orçamentárias, onde vamos trazer as diretrizes que nós temos para trazer depois na lei orçamentária os detalhamentos. Então é uma lei que traz questões amplas que se referem à questão orçamentária. Esses foram os indicadores econômicos que serviram de base para que pudéssemos projetar as questões referentes à receita, para que pudéssemos projetar as questões referentes à despesa e que nos dão base para a questão da lei orçamentária. Na lei orçamentária nós ainda podemos ter, eventualmente, um ajuste ou outro, porque esses indicadores vão se ajustando conforme os comportamentos da economia. Hoje ainda nós temos reuniões do Copom e tudo para acontecer, e isso mexe

normalmente com a taxa Selic, a questão do PIB, que também já tem uma projeção um pouco mais acentuada, mas na hora que realizamos as projeções para a LDO foram esses os indicadores econômicos utilizados. Essa é a projeção da receita que nós temos para 2025, é a maior receita que nós trazemos à Câmara, tem um crescimento significativo em relação ao ano anterior, nós vamos bater quatorze bilhões de reais e duzentos milhões. Esse crescimento está muito relacionado ao incremento que temos nas questões de ICMS e Fundeb, que vêm apresentando um crescimento acima do que estava previsto, do que tinha sido uma rotina, principalmente porque nós temos o advento da reforma tributária. E como o ICMS será repassado aos estados com base na média dos últimos quatro anos, nós temos os estados priorizando ampliar a arrecadação de ICMS para ficar com uma média alta. Então isso tem trazido um repasse maior. Como o Fundeb tem reflexo do ICMS, esse reflexo também amplia os recursos do Fundeb. Então nós temos tido crescimentos no Fundeb, no ICMS, temos tido crescimento no ISS, é resultado até da nossa ampliação econômica. Está sendo noticiado claramente que o PIB de Curitiba cresceu e cresceu significativamente nesses anos, nós temos um crescimento significativo do PIB e isso se reflete no ISS também. Nós temos os ajustes do IPTU, então está nos levando a um patamar de receita de quatorze vírgula dois bilhões de reais, que é um patamar que, no Brasil, é a quarta receita que se tem entre as capitais. Nós estamos atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, que são receitas muito superiores, se não me engano Belo Horizonte tem uma receita maior, e nós estamos na quarta posição. Então é uma receita muito significativa para uma cidade do tamanho de Curitiba. Essa receita, vocês podem ver que é prioritariamente municipal, nós temos sete vírgula nove bilhões de arrecadação de receita municipal, o que mostra que nós temos uma cidade forte na questão econômica, com uma arrecadação efetiva, não vive exclusivamente de transferências como, infelizmente, nós temos muitas cidades nesse País. Então acho que é o maior destaque que nós teríamos. Nós temos as transferências da União, na ordem de dois bilhões, do estado de um bilhão e seiscentos, e temos outras transferências que são trezentos e dois milhões. Essa aí sai um pouquinho da configuração. Podem ver que a maior parte que nós temos, 59% da nossa receita é uma receita municipal, as demais vêm de outras fontes. A União são transferências constitucionais, mas são bem menos significativas do que a receita municipal. **(K)** Então, as receitas correntes ficam na ordem de 11,9 bilhões de reais; as taxas, os impostos e as contribuições são de R\$ 5,5; as receitas de contribuição, seiscentos e setenta e dois; as de patrimônio, quatrocentos e oitenta e um; receitas de serviço, duzentos e cinquenta e três milhões; as receitas de transferências, quatro seiscentos e trinta e oito; e outras receitas correntes na ordem de trezentos e dois. Embora tenhamos uma arrecadação municipal muito significativa, o que nos preocupa muito são os próximos passos que nós teremos da reforma tributária. Temos técnicos ativamente trabalhando dentro do Congresso, na tentativa de viabilizar uma reforma tributária que não retire do município os recursos que nós temos, que estão previstos à frente. Mas, sabemos que haverá impactos significativos na arrecadação, principalmente do ISS, que é o maior imposto de recurso municipal. Então, embora nós tenhamos uma saúde orçamentária significativa na receita do município, certamente, para frente nós podemos ter quedas estimadas até um bilhão de reais, nessa questão, o que derruba bastante a nossa receita. Histórico das receitas brutas, então, nós temos os anos, até para que tenhamos um comparativo. As receitas correntes, o quanto elas foram crescendo, e as receitas de capital. Nós temos crescimentos maiores nas receitas de capital, uma migração que é sempre buscada, que saímos de despesas de custeio e passa a contar, cada vez mais, com receitas de capital. E, despesas de capital, que são as despesas que ressoam economicamente de uma forma mais efetiva na sociedade, trazendo efetivos ganhos para a sociedade, tanto na ordem prática, operacional, como na ordem econômica. Previsão das despesas. As despesas também equilibradas, previstas em 14,2 bilhões, boa parte dela, a maior parte em despesa corrente. Na folha, encargos, seis setecentos e cinquenta, que é a maior parte que nós temos. Nos juros e encargos da

dívida, em torno de cento e dezesseis milhões. Curitiba, embora tenha várias operações de crédito que estão acontecendo, Curitiba tem uma dívida equilibrada, pequena, dentro dos limites e possível de ser paga. Nós mantemos, estamos até no menor índice desses últimos anos, em torno de 2,8%. Da receita corrente líquida, procuramos não ultrapassar a margem de três, três e meio, no máximo. Então, é bastante saudável e bastante equilibrado, tanto que nós não temos problemas para aprovar nenhum tipo de operação de crédito. E as outras despesas, na ordem 5,6 bilhões, que são as despesas correntes. As despesas correntes são as despesas de custeio normais, da Prefeitura. São recursos que são utilizados para prestação dos serviços. É preciso dizer que a Prefeitura de Curitiba, entre todas as capitais do País, é a que menos cresceu despesa de custeio nos últimos dez anos. Nós temos um crescimento em torno de 10% da despesa bruta de custeio, enquanto as outras capitais chegam a ter 20, 25%. Então, Curitiba tem um custeio bastante equilibrado, mesmo diante das questões que se colocam, de inflação e tudo, o custeio é muito equilibrado. Nós buscamos sempre estar fazendo ajustes operacionais que conseguem resultados mais efetivos, do ponto de vista operacional, e uma redução efetiva de valores. Então, nosso custeio, embora amplie em algumas fontes, diminui em outras. Nós temos conseguido um custeio bastante equilibrado, e isso nos dá base para que tenhamos aumentos significativos na despesa de capital. Mais uma vez, nós tivemos a despesa de capital com mais de um bilhão de reais, e isso é bastante importante para que o município tenha, à frente, resultados a colher sobre isso. Os investimentos serão na ordem de um bilhão. As inversões financeiras, duzentos e vinte e nove milhões, e aqui nós temos questões relacionadas às empresas do município; e a amortização da dívida fica em torno de cento e oitenta milhões, um valor bem pequeno perto do investimento real que nós estamos fazendo. Então, pessoal e encargos, que fica em torno de 47% da despesa que nós temos; e as despesas correntes em torno de 40%. Aqui nós temos um histórico que demonstra a questão das despesas, e o espaço que essas despesas vão tomando. As despesas iniciam lá com pessoal, em 47%; ela cai nos primeiros anos, 44%; depois nós começamos a subir, neste ano, a 49%, em função que nós temos a questão dos avanços, a projeção para os avanços de carreira. Então, temos um valor a maior e ele se mantém para 2025. A despesa de custeio é uma despesa que vai caindo, podemos ver ali, 41%, 42%, 40%. Essas despesas vão variando de acordo com a questão da receita também. É a questão do investimento, que temos investimentos nas projeções, em 2023, 9% e agora, no provável, nós temos 7% para esse exercício, e 7% para o ano que vem. As projeções de investimento sempre nos trazem o retrato. Nós projetamos e depende muito do trâmite da obra mesmo, de como a obra vai se realizando lá na prática, para que os recursos tenham entrada e saída do município. Então, a realização provável de 7% é uma realização bastante significativa e está atrelada às grandes obras que o município tem realizado, e que tem, neste ano e no ano que vem, uma execução bastante acelerada. O serviço da dívida, aqui que vemos os encargos da dívida. Então, o que nós pagamos de juros e o que nós pagamos de amortização da dívida. Em 2022 nós tivemos valores mais significativos. A partir daí nós temos o encerramento de uma série de operações antigas que o município tinha, e chegamos, para 2025, com um provável de 2,6% aí, entre juros e amortização da dívida. Então, nós temos uma queda, que deve subir na sequência, assim que nós vamos registrando a entrada dos recursos externos para a realização das obras, isso também vai ampliando. Mas esse valor deve ficar, no máximo, em torno de 3%, 3,5%. Não passa disso, 3,5% da receita corrente líquida. Os limites que nós teríamos legal para isso seria em torno de 14%. Então, nós estamos muito abaixo do que o limite legal nos posiciona. As despesas por função de governo. A despesa da Previdência Social, ainda muito significativa, e deve seguir assim por alguns anos, até que consigamos equilibrar o Fundo. Na sequência, nós temos a despesa da saúde. Curitiba também é uma capital que está acima da média de gastos nacionais por habitante, com saúde. O gasto médio, no exercício 2023, ficava em torno de mil e quatrocentos reais. Curitiba gasta mil e quinhentos e cinquenta reais *per capita*. Então, nós temos um gasto acima da média nacional, por

habitante, na área de saúde. Sempre é um gasto muito expressivo para nós. A educação, também estamos com o gasto na média nacional, atingindo os limites constitucionais, e também é uma despesa bastante significativa do orçamento. O urbanismo, que é a parte que se refere à manutenção da cidade, toda a manutenção de parques, praças, a manutenção viária, que é a parte mais demandada pela população nas audiências, no Fala Curitiba. Sempre há uma demanda muito significativa na questão de urbanismo. Na sequência os gastos com a administração, e depois, entramos nas despesas que têm menores valores na sua função específica. É preciso deixar claro isso, são funções específicas. Por exemplo, a assistência social. A assistência social que aqui consta como 2,15%, é a função específica orçamentária. Mas, nós temos gastos de assistência social dentro da educação, nós temos gastos dentro da saúde, são outras funções, e por prioridade até de organização orçamentária, esses gastos precisam ficar nas funções de saúde e educação, para que possamos refletir os índices constitucionais. Então, assistência social acaba por ter um valor muito maior do que simplesmente o valor da função assistência social. É uma função aqui para organização dos valores orçamentários, é uma posição que sempre se coloca. Os aportes ao regime de Previdência. Então, vemos que esses aportes estão crescendo, têm seu ápice em 2024. Em 2025 nós temos novecentos e treze milhões. Nós temos alguns anos ainda com um aporte significativo, na ordem de um bilhão, um bilhão e cem milhões de reais. Devemos ter algum tipo de ajuste em função, cada vez que nós temos reajustes, nós temos readequações no regime da Previdência, e mais uns anos ainda nós teremos valores significativos, que depois começam a decrescer, em função do ajuste do Fundo. Certo? Evolução dos precatórios. Nós temos, em média, historicamente, em torno de cinquenta milhões de precatórios. Tivemos um ápice de precatórios em 2022, depois novamente desceu para a média normal, vinte e três, vinte e quatro, e o ano que vem nós temos um ajuste, que é o precatório que está relacionado à dívida com a Fomento, e há um acordo, determinado pelo Tribunal de Justiça, relacionado à questão do Athletico, que nos joga em cento e nove milhões de reais. Mas, normalmente, nós ficamos em torno de cinquenta milhões, que é o valor que temos, por prática. Os precatórios do município estão rigorosamente em dia. Nós não temos nenhum tipo de atraso. Normalmente, agora nós recebemos a lista, ela está chegando agora com os precatórios atualizados para esse exercício e, na sequência, já devem ser pagos antes do prazo legal que normalmente é de dezembro. Então, nós temos sempre antecipado esse pagamento, porque acaba sendo benéfico para o município, porque deixamos de pagar a atualização. Então, procuramos pagar o quanto antes. Assim que recebemos a lista da Justiça, já fazemos o pagamento e evitamos de ficar pagando reajuste desses valores. Resultado primário. Aqui cabe uma explicação, o resultado primário aparece como negativo, e isso significa o quê? Isso significa que nós estamos entrando com mais recursos externos para dar vazão às obras. O resultado primário é uma conta que se faz entre a receita primária, que é a receita onde colocamos apenas a receita que o município arrecada, as suas transferências, retira desta receita os valores referentes à operação de crédito. Mas, consideramos as despesas gerais do município, inclusive aquelas que nós pagamos com operação de crédito. Por isso que quanto mais entramos com recursos externos, esse resultado aparece negativo. Embora o resultado primário apareça negativo, as nossas disponibilidades de caixa e a nossa dívida bruta demonstram que nós temos uma situação financeira saudável. As questões dos indicadores financeiros nunca podem ser olhadas de forma isolada, as questões financeiras, por isso que nós temos um grupo de relatórios que são seguidos e publicados, porque a questão financeira do município só se representa pelo grupo de relatórios que fazem parte das publicações, porque se nós olharmos um foco só, nós temos pontos muitos distintos sendo apresentados. É preciso olhar o conjunto para que tenhamos a situação financeira do município relatada. Comparativo da evolução da dívida. Então, ali nós vamos ver, nós temos a dívida consolidada bruta, de um bilhão novecentos e cinquenta e cinco. Nós temos a dívida consolidada líquida, então, essa dívida consolidada de menos dois duzentos e pouco, então, quando vemos o resultado

nominal negativo ali, vocês podem ver, e depois vemos a dívida consolidada líquida que é negativa, significa que nós temos as disponibilidades para dar conta de fazer todo o pagamento da dívida, sem problema nenhum, hoje, uma disponibilidade de caixa atual. (E) Então, demonstra que não é essa questão. A questão de ter um resultado nominal que não se demonstra positivo não significa que não tenha saúde financeira para dar conta das dívidas que estão aí. É apenas um momento que nós temos da entrada dos recursos dos empréstimos. Próximo *slide*. A questão do orçamento da criança e do adolescente. Então, temos uma planilha gigante, que pode ser verificada direto no site. É uma planilha em separado, que demonstra a questão do orçamento da criança e do adolescente, que é destacado. Isso é enviado ao Ministério Público, é acompanhado por eles, é de obrigatoriedade de execução e assim se faz no Município durante o exercício. As metas e prioridades da administração são os anexos que vêm junto ali. Então, aqui nós temos os investimentos, (*slide*) depois pode ser visto com mais detalhes quais são os investimentos previstos, a complementação da extensão ali na questão da Linha Verde. A linha é o Inter 2, a questão do BID, a questão do BRT Leste-Oeste, NDB. A gestão dos riscos climáticos, lá o Bairro Novo da Caximba, também tanto o NDB quanto a Caximba devem ter um forte crescimento nas suas obras, estão fechando as licitações, a drenagem, a gestão de riscos, as cinco bacias. O meio ambiente nós temos lá as questões de áreas de lazer: implantação e revitalização, são duas mais duas. Aqui nós temos os parques e bosques que são quatro revitalizações. Mais duas. Uma implantação, horto municipal, são duas revitalizações. Ecopontos têm uma implantação. A melhoria nos cinco cemitérios municipais, o zoológico e o Jardim Botânico são quatro próprios que será feita a manutenção. A geração de energia renovável nós temos um projeto para implantação, previsto para o ano que vem. A questão da gestão do consórcio do lixo. A Habitação de Interesse Social tem quatro projetos de obra de adaptação em infraestrutura e seis projetos de habitação do Fundo Municipal de Habitação. Nós temos o programa Caminhar Melhor, com dez quilômetros de calçada, nove de infraestrutura. Pavimentação alternativa, nós temos o programa de pavimentação. Nós temos as obras de circulação. A iluminação pública, seis quilômetros de rede, a PPP que está agindo. Nós temos a questão da drenagem e saneamento. Espaços culturais, uma requalificação. Assistência social, duas reformas e uma construção. Turismo, uma revitalização. Saúde, três reformas e seis construções. A educação tem dois CMEIS em construção, três em reforma. A escola municipal, são quatro reformas e quatro construções. Quadras cobertas nós temos duas construções previstas. Farol do Saber e inovação, duas construções. CMAEE, uma implantação. O Centro de Apoio Estratégico, uma implantação. Centro de logística, uma implantação. A segurança da defesa civil tem uma reforma em uma construção, e a sinalização de trânsito são duzentas e dezessete intervenções. É preciso dizer que isso é o que nós temos de investimentos, que estão em fluxo. O detalhamento dessas questões aparece para o ano que vem, especificamente, no orçamento. Aqui é feito um apanhado geral para que a gente tenha esses valores, mas é no orçamento que isso vai ser detalhado. Próximo, (*slide*) a avaliação da situação financeira do RPPS é um dos anexos, um longo anexo que aparece junto à lei para vocês, que mostra a questão dos aportes atuariais, o quanto era previsto em 2021. Na sequência nós colocamos sempre vários anos para que vocês possam verificar a comparação. Saímos de quatrocentos e estamos em seiscentos e oitenta e quatro em 2023. As receitas, as despesas da administração e os resultados da administração do RPPS. Aqui é o quadro das estimativas de renúncia de receita e suas compensações. (*Slide*). Mais uma vez nós temos a previsão de renúncia de receita na ordem de quinhentos milhões de reais. Meio milhão de reais é renunciado pelo Município para que possam ser feitas as reduções de IPTU, os descontos de IPTU, tudo entra aí, assim como os incentivos fiscais, que também na ordem da reforma tributária aos poucos deverão ser retirados, né? Teremos um ano a partir do qual, pelo menos na questão do ISS, não poderemos mais dispor de incentivos fiscais por determinação da reforma. (*Slide*). Aqui são os riscos fiscais, são as demandas judiciais e aqui a gente demonstra que

temos demandas judiciais na ordem ali o maior de quinhentos e cinquenta e cinco milhões. São questões relacionadas a processos de servidores. Temos um risco de frustração da arrecadação na ordem de cento e sessenta e cinco. Nunca tivemos essa situação, mas é um risco, temos que constar. (Slide). Então, são riscos a isso. Nós temos aí a questão das diferenças de transporte também, é um risco que pode apresentar um risco de até trezentos milhões. Fechando um total de um bilhão cento e oitenta e três de riscos, para os quais nós temos as medidas compensatórias previstas ao lado. (Slide). O projeto de lei está disposto na internet, então as pessoas podem acessar o projeto com seus anexos, sem problema algum. Fechou. Então, ao departamento do orçamento um agradecimento, ao pessoal lá do Carlos, uma pessoa dos grupos financeiros que faz esse trabalho significativo de preparar a LDO. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Daniele. Agradeço ao Sr. Alexandre e à Sra. Daniele pelas explicações. Solicito para que os Vereadores que desejam se manifestar façam suas inscrições pelo sistema de votação do Plenário. Como eu disse no início, até incentivando a participação popular, tivemos um grupo, vou citar aqui: Sr. Alan Belletti; Sr. João Paulo Mehl; e a Sra. Daniele Requião que fazem parte do Terraço Verde, que é um projeto relacionado à área de sustentabilidade ambiental. Eles se mobilizaram, mobilizaram também pessoas para participar da consulta pública. Gostariam de fazer uma explicação rápida sobre o projeto. Então, vou conceder três minutos, prorrogáveis por mais trinta segundos, para que vocês apresentem. Com a palavra o Sr. João Paulo Mehl. Pode usar a Tribuna. **O SR. JOÃO PAULO MEHL:-** Vereadora Indiara Barbosa, primeiro agradecer pelo espaço. Agradecer também aos demais Vereadores e parabenizá-los por terem feito essa consulta adicional ao Fala Curitiba, que se fundou na última sexta-feira, no qual nos mobilizamos fortemente para participação e o resultado foi demonstrado nos *slides*, onde o meio ambiente ficou empatado com obras. Muito provavelmente, uma das propostas que a gente trouxe foi uma das propostas mais votadas da Cidade de Curitiba. Emergência climática, caros Vereadores, é uma pauta que não pode mais ser colocada como uma solução para o futuro, é uma solução para o presente. É urgente que as cidades brasileiras percebam o que aconteceu no Rio Grande do Sul, mas não apenas no Rio Grande do Sul. Que elas percebam também o que acontece em Curitiba, quando vemos a Vila Parolin, quando vamos na CIC, ontem mesmo estive na Vila Barigui, que sofrem com frequentes enchentes. Essa é uma temática que precisa entrar na pauta da mais absoluta prioridade na Cidade de Curitiba. Construir soluções, e não é apenas uma solução. É um conjunto de soluções. Nós, especificamente, nessa consulta pública nos dedicamos a concentrar uma proposta que é na parte de parques e praças. Nós propomos as minipraças para Curitiba, utilizando nos jardins de chuva. Os jardins de chuva são uma solução econômica, fácil de implementar e que poderia ser feita em qualquer jardim. A cidade de Belo Horizonte implementou recentemente o IPTU Verde, estimulando que a população implemente jardins de chuva. E Curitiba poderia se dedicar a incluir na LDO, a partir dessa proposta que nós já trouxemos, ao menos três jardins de chuva, por bairro da Cidade. Também, apelar a esta Casa para que a legislação de estímulo a práticas ambientais, sejam dos jardins e chuva, mas também as práticas de compostagem visando uma cidade do lixo zero, se faz urgente e necessária. As soluções como os próprios telhados verdes, como nós temos ali no Alto da XV, que reduzem o ponto de atraso da água da chuva. Quando a chuva cai do terraço é absorvida e demora a ser enviada para as galerias pluviais, em até trinta minutos de acordo com pesquisa que nós realizamos. Isto é economia para a cidade, porque demora mais para ir às galerias pluviais, descongestiona o sistema e, portanto, pode evitar enchentes. Só que um terraço apenas, não faz o verão. É preciso políticas públicas da cidade para que isso seja implementado. Muito obrigado. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, João Paulo. Esse é um tema que nós discutimos bastante aqui na Câmara, principalmente devido às chuvas e à questão das mudanças climáticas. Então, neste ano tem sido bastante discutido. Agradeço a participação de vocês na consulta pública e aqui na Sessão. Vou passar primeiramente agora aos Vereadores da Comissão de Economia, Finanças e

Fiscalização para que façam sua manifestação. Na sequência, os Vereadores inscritos. Então, primeiro, Vereador Bruno Pessuti. **O Sr. Bruno Pessuti**:- Muito obrigado, Sra. Presidente. Só parabenizar aqui a vinda da nossa Secretaria de Finanças e também o IMAP. Parabenizar, mais uma vez, o IMAP pela condução do Fala Curitiba, que é um dos programas mais premiados de audiência pública e, ao longo da nossa vida, como Vereador, aqui na Cidade, já se vão doze anos, é de longe o mais eficiente de programa que já foi criado. Não só é eficiente na coleta dos dados, mas, principalmente, na execução daquelas propostas que foram solicitadas pela população. Uma sugestão para que ele possa se tornar ainda mais atrativo, nós temos conhecimento daquele veículo que é utilizado pelo ICS para fazer pequenas apresentações, utilizar aquele veículo. Quem sabe até propor, colocar uma emenda, no cardápio de emenda, para que a gente possa fazer um auxílio para que aquele veículo também seja utilizado nas coletas. Por que isso? Porque vocês utilizam hoje um veículo comum, uma Doblo, uma Kombi, os guarda-chuvas, mas eventualmente aquele veículo pode ser um atrativo a mais para a população chegar e fazer a sua consulta pública. No mais, é isso. Parabenizar mais uma vez a Secretaria de Finanças pela apresentação. A Cidade de Curitiba é enxuta, tem recursos para o fundo do clima, diferente de outros municípios, outros Estados que estão endividados e precisam negociar suas dívidas. A Cidade de Curitiba está completamente saneada, graças ao esforço, não só da gestão, mas da coragem de muitos Vereadores que votaram a favor do ajuste fiscal. Parabéns. **A SRA. PRESIDENTE**:- Obrigada, Vereador Bruno Pessuti. Só esclarecendo melhor. O tempo para manifestação de Vereador são de dois minutos, podendo ser prorrogado uma única vez por trinta segundos. A resposta aos questionamentos, pelo Sr. Alexandre e pela Sra. Daniele, será após três manifestações de Vereadores. Passo agora a palavra ao Vereador Jornalista Márcio Barros. **O Sr. Jornalista Márcio Barros**:- Obrigado, Sra. Presidente. Bom dia a todos. Quero parabenizar a Secretaria de Finanças, o IMAP, o Alexandre e a Daniele pela apresentação. Sempre são muito competentes. A primeira pergunta é: qual a evolução que vocês perceberam nessas mudanças de ano a ano? Se mudou, de forma significativa, alguma área de interesse. Por exemplo, este ano foram obras públicas dos anos anteriores. O que mudou de forma significativa? E quando se tem uma consulta pública às vezes o assunto que está no momento se torna mais importante. Vou dar um exemplo, nós tivemos os ataques nas escolas e naquele momento a segurança nas escolas era o principal tema. Nós estamos com um problema, como o colega falou, das questões no Rio Grande do Sul. Então, o meio ambiente se torna uma necessidade mais visível, assim a gente consegue ver melhor o problema. Vocês percebem isso também? Essas mudanças na questão dessas consultas públicas? Obrigado. **A SRA. PRESIDENTE**:- Obrigada, Vereador Jornalista Márcio Barros. Próxima inscrita, Vereadora Professora Josete, que também é integrante da Comissão. A Vereadora está participando de forma *on-line*. Então, passo a palavra à Vereadora Professora Josete, após eu faço a minha pergunta ao final. **A Sra. Professora Josete**:- **(V)** Bom dia a todos e todas. Gostaria de agradecer a presença da equipe do IMAP, também da Secretaria de Finanças. E já iniciando os questionamentos, fiquei, na verdade, com duas dúvidas. A primeira diz respeito à questão da identificação no orçamento. Ficamos com dificuldades para verificar, na LDO, o valor no orçamento e nas metas da questão do programa de aluguel social. Então, temos ali, numa lei já de 2015, a previsão da implantação desse programa de aluguel social. Então, gostaria que fosse indicado para nós, e isso está detalhado em algum momento, em alguma ação que não identificamos. Também na função assistência social, nos chamou bastante a atenção a quantidade de pessoas atendidas. Verificamos na Ação 2230, que corresponde à manutenção e execução de serviços de atenção à população em situação de rua, quatorze mil e setenta. Então, queríamos ter a certeza se realmente isso diz respeito ao número de pessoas ou isso é um número geral, de todos os atendimentos que estão previstos para serem realizados para o ano de 2025. Então, de forma geral seria isso. E essa nossa preocupação também acho bem pertinente, a intervenção do cidadão, do João Paulo

Mello, que diz respeito à questão das urgências climáticas. Mas esse é só um breve comentário. Seria isso. Obrigada. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Professora Josete, que está participando *on-line*, faz parte integrante da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Passo agora, então, ao Sr. Alexandre e à Sra. Daniele para as respostas. Na sequência, continuamos. **O SR. ALEXANDRE MATSCHINSKE:-** Bom, obrigado, Vereador Bruno, pelo elogio ao programa. Te falar que com relação ao carrinho, que você comentou, pensamos em colocar ele, só que ficou muito em cima da hora e foi difícil. Mas temos aí uma mentalidade, que é o que sempre falamos lá dentro do IMAP, que o Fala Curitiba é uma constante construção. Acho que até por isso que o programa tem tido esse reconhecimento todo, esse êxito todo, tanto por parte da população como dos demais gestores públicos, enfim. Então isso, com certeza, é uma coisa que já avaliamos e esperamos que, se no futuro for possível, possamos implementar outras formas, tanto essa como outras, para cada vez mais facilitar a participação. Mas, mais do que facilitar só em quantidade, também em qualidade. Então, não só a melhoria no atendimento ao cidadão, mas fazer com que a participação também seja mais qualificada. Com relação às mudanças, Vereadores, isso daí é sim, com certeza, essa é uma verdade, é uma questão que acompanhamos ano a ano. O que costumo falar é que o Fala Curitiba teve início lá em 2017, e eu me lembro muito bem que justamente, vamos dizer, o nascimento desse programa se deu, primeiro, por uma insatisfação da população, e quando fizemos audiência pública observamos isso, que era aquela questão: "Ah, mas isso aí a gente pede sempre, nunca acontece, nunca é feito". E daí, num segundo momento, ali para a LOA de 2017, o Fala Curitiba foi colocado em prática, e nesse momento tínhamos lá, por exemplo, uma maior demanda era na área da Saúde, falta de medicamento nos postos, isso lá em 2017. Então, à medida que a prefeitura foi evoluindo e foi sanando essas demandas que vinham da população, as demandas foram mudando. Então, hoje vemos ali, por exemplo, asfalto, obras públicas, mas no passado isso era diferente, tinham outras prioridades. Então, à medida que a prefeitura vai trabalhando e vai entregando aquilo que é pedido, a população vai cada vez mais vendo outras necessidades prioritárias. Então, com certeza, isso é uma questão que acompanhamos e vemos no dia a dia. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Bom, respondendo às questões colocadas pela Vereadora Josete. Primeiro, agradeço ao Vereador Bruno, ao Vereador Márcio. A Finanças está sempre à disposição para esclarecimentos. Professora Josete, a questão do aluguel social. O aluguel social tem decreto no município já firmado, com as suas determinações, com as características do quadro necessário para que seja fornecido o pagamento do aluguel social. E ele tem uma autorização para que seja feito o pagamento através da FAS, e nesse pagamento são colocados valores necessários para atender às pessoas que se enquadram na caracterização que é feita através do decreto. A questão da Ação 2237, os quatorze mil atendimentos que constam na população de rua, são os números de atendimentos, quatorze mil e setenta atendimentos que são realizados para essa população de rua. As urgências climáticas. Temos uma série de ações no município, voltada a atender as questões relacionadas às urgências climáticas. São ações de manutenção constante nas nossas redes de galerias, para que tenhamos a fluidez da questão dos fluxos de água, principalmente na chuva. Temos a questão do parque do Bairro Novo da Caximba, que está viabilizando a relocação da população e os ajustes necessários, para que você tenha naquela área o escoamento de água que normalmente acontece. Você tem os parques, e estamos implementando cada vez mais parques, que são parques que agem agora com o chamado "conceito esponja". Então, o município já tem essa prática há muitos anos. Já vimos várias vezes o Parque Barigui, quando chove intensamente, se encher de água, ficar coberto de água, depois assim, duas horas, três horas, mais tarde isso baixar. Então, a função que temos nos nossos parques está muito relacionada a esse conceito que agora aparece como cidade Esponja, mas que Curitiba já tem há muitos anos, e que ela vem dando continuidade e priorização. São feitas constantemente as dragagens dos nossos rios para que mantenhamos a condição de absorção desses rios. Então, são

práticas rotineiras de manutenção da cidade e também práticas de investimento, para que tenhamos, cada vez mais, uma cidade em condições de absorver as questões das emergências climáticas que aí estão, certo? Acho que é isso, Vereadora. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Daniele e Alexandre, pelas respostas. Vou fazer também o meu questionamento e passar aos Vereadores. Temos perguntas também, que depois chegaram por *e-mail*. A minha pergunta é uma pergunta até que diversos Vereadores aqui sempre acabam batendo nessa tecla. A senhora até falou um pouquinho da questão do atendimento à população em situação de rua, mas sempre questionamos em relação aos recursos destinados para as entidades que fazem o trabalho de recuperação das pessoas envolvidas com álcool e drogas. E a ação que está no Anexo 2271, de transferência de recursos às entidades privadas que fazem esse trabalho, tem a meta para 2025 de apenas cinquenta pessoas atendidas, e esse número é muito baixo, considerando a população de Curitiba e a população em situação de rua que precisam desse atendimento. Inclusive, batemos bastante nessa tecla, na aprovação das Leis Orçamentárias de 2024. Este ano ainda, inclusive na última audiência pública quadrimestral de finanças, o próprio Secretário de Finanças confirmou que seria ainda direcionado um recurso de superávit, ainda este ano, na Lei Orçamentária deste ano de 2024, algum remanejamento. Então, se já temos esse objetivo, esse comprometimento em aumentar esse recurso para essas entidades, para atender uma maior quantidade de pessoas, considerando que esse é um problema muito relevante para nossa cidade, uma situação que enfrentamos, não seria já prudente destinar, definir uma meta maior para atender uma quantidade maior de pessoas nessa área? E a outra pergunta, é mais um esclarecimento também, que é em relação às ações que falam de desapropriações de áreas do município, as Ações 1192, 1052 e 1184. Elas estão colocadas como 100%, as medições. Então, não aparece de forma clara a quantidade ou os locais que seriam desapropriados. Como o objetivo da LDO, justamente, é fazer esse planejamento, esse direcionamento das metas, não seria também mais prudente definir uma meta com base nos projetos que se tem e na quantidade que se planeja desapropriar de áreas na cidade? Essas são as minhas perguntas como integrante da Comissão de Finanças. E até peço licença, Vereadora Noemia, vou passar primeiramente à Vereadora Giorgia, que faz parte da Comissão de Finanças, que não estava inscrita, mas acabou se inscrevendo, então, como integrante da comissão, daí, na sequência, a Vereadora Noemia Rocha. **A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:-** Obrigada, Vereadora Indiara. Cumprimento todos os que estão presentes aqui, e agradeço também. Mas assim, eu queria só fazer algumas pontuações sobre a questão do Fala Curitiba. Temos um número muito baixo de participações, efetivamente, considerando o número de habitantes. E aí então, dizer que acompanhei algumas reuniões, em algumas delas também as pessoas acabam desistindo de participar porque elas, na verdade, não estão sendo escutadas, na verdade, elas só estão recebendo direcionamentos ou informações. Elas acabam não tendo esse lugar de escuta mesmo, propriamente dizendo, em alguns lugares ali. E até já aconteceram algumas discussões também das quais pude, infelizmente, presenciar, e isso também afasta as pessoas dessa participação. Mas então, dizer que dentro disso, isso acaba refletindo uma vontade num todo e que acaba não sendo da população exatamente, porque estamos tendo essa dificuldade de algo e também de participação das pessoas. Isso já mostra ali nos números. Gostaria de saber até mesmo o que se pode fazer em relação a isso, até para que também nas áreas periféricas isso chegue como uma possibilidade de participação, que possamos ampliar de fato, para que as pessoas sintam na propriedade de participação. E a minha questão também sobre a questão da habitação social seria se ela está prevista, em qual função do governo? Porque não identifiquei nos documentos que foram apresentados os valores que são destinados propriamente à habitação popular. E aí, então, gostaria de saber disso, e essa estratégia para ampliar a participação dos bairros, principalmente os mais afastados. Obrigada. **A SRA. PRESIDENTE:-** Agradeço à Vereadora Giorgia Prates, e passo agora à Vereadora Noemia Rocha, que está inscrita neste bloco. **A Sra. Noemia**

Rocha:- Muito obrigada. Parabenizar a Indiara na presidência dessa comissão, cumprimentar a Daniele, o Alexandre e toda equipe aqui presente, pela explanação. Teve uma queda de 7% em relação ao ano passado no Fala Curitiba, e eu queria saber qual é a leitura da Prefeitura em relação a essa queda. Sabemos que as maiores reivindicações foram na questão de pavimentação, e a assistência social ficou em sexto lugar, o que nos preocupa, porque vemos um número significativo de questões de assistência social, principalmente, que viabilizamos e visualizamos em relação aos moradores em situação de rua. Então, a nossa preocupação também é no orçamento da Fundação de Ação Social, que na nossa leitura precisaria melhorar bastante. Tem uma meta de um equipamento para questão de assistência ao idoso. Temos uma luta aqui em relação à Creche do Vovô, que é o Centro Municipal de Assistência ao Idoso. Gostaria de saber qual a previsão dessa implantação desse equipamento, se já existe um projeto e qual é a ideia, e eu gostaria de sugerir à Creche do Vovô. Embora a questão de drogadição que já foi falada aqui, Curitiba não tem uma única vaga para recuperação de dependência química. Isso é muito sério, considerando que estamos visualizando aí um número significativo de dependentes químicos. E foi falado já de colocar no orçamento, mas queríamos um pouco mais de visibilidade nessa questão para priorizar essa transferência de recursos a essas entidades sociais que são tão relevantes no nosso convívio, e acompanhamos de perto e vemos as dificuldades que eles têm enfrentado. Uma outra pergunta é em relação ao relatório, que aponta um risco fiscal em relação à diferença de transporte coletivo, em relação à tarifa técnica e a tarifa social, na ordem de trezentos e três milhões de reais. Gostaria de uma clareza **(P)** maior sobre esse risco fiscal para que possamos entender exatamente o que significa, especialmente porque nós estamos findando um contrato em 2025 e haverá uma nova licitação. Essas são as minhas perguntas. Muito obrigada. **A SRA.**

PRESIDENTE:- Obrigada, Vereadora Noemia. Passo a palavra ao Sr. Alexandre e à Sra. Daniele para as respostas. **O SR. ALEXANDRE MATSCHINSKE:-** Obrigado, Vereadora Noemia e Vereadora Giorgia pelas colocações. Eu vou precisar discordar um pouco do que foi colocado, principalmente na questão da diminuição da participação. Na verdade, tivemos um aumento de 9%, para esse período da LDO teve um aumento de 9% na participação, em relação ao ano passado. No ano passado teve um aumento em relação ao ano anterior e assim sucessivamente. Nós esperamos terminar o Fala Curitiba agora de 2024 com mais de trinta mil pessoas que participaram. Lembrando que esse número lá em 2016, 2017 não chegava a quatro, cinco mil pessoas. Então, ano a ano o Fala Curitiba vem tendo esse aumento e essa adesão da população. Com relação à participação propriamente dita no programa, é necessário que se entenda que existe toda uma metodologia envolvida na participação das reuniões, tanto das reuniões como nos formatos digitais e no Fala Curitiba Móvel, onde a população tem a total liberdade para falar sobre o tema que bem entender. Tanto na internet como nos formulários do Fala Curitiba Móvel, a participação é ampla e irrestrita. Nós levamos todo o corpo técnico da Prefeitura para dentro dessas reuniões presenciais, então você vai ter lá os diretores de todas as áreas, das principais áreas demandadas no Fala Curitiba. Então, temos lá o diretor de asfalto para discutir asfalto com a população; de iluminação para discutir iluminação; da área da saúde temos os técnicos da Secretaria da Saúde, para podermos discutir e debater com a população. E ali, quando colocamos, que é um momento que nós fazemos apresentações, que demonstramos as ações da Prefeitura, é muito no intuito de qualificar a população, para que ela também possa entender quais são os diferentes canais que existem para que as pessoas possam fazer a sua solicitação. Às vezes uma solicitação simples como, por exemplo, um pedido de uma lombada, talvez não seja necessária uma lombada aqui ou é uma troca de uma iluminação que está com a lâmpada queimada, às vezes não é um assunto para ser tratado numa discussão do orçamento da cidade e sim ação para tratarmos lá no 156. Então, ali as pessoas que estão conduzindo essas conversas, essas reuniões, estão aptas a poder ajudar a direcionar aquela demanda, aquela pessoa, para uma forma mais rápida e a forma correta de resolver

determinadas ações. Um segundo ponto, que é importante sempre lembrarmos, que o Fala Curitiba não visa atender tudo que é pedido. A ideia é que construamos o orçamento de forma que possamos priorizar aquelas que são as demandas mais solicitadas pelas comunidades. Então, nas reuniões, quando nós fazemos os grupos de discussão e vou citar aqui um exemplo, o grupo de discussão de trânsito, que é um grupo que realmente nos anos anteriores foi mais demandado, mas ainda assim está entre os principais. Quando a população se reúne para debater aquilo que é prioritário naquele bairro, naquela Regional, sobre o trânsito, as pessoas trazem as mais diversas demandas, por exemplo, uma lombada numa rua onde a pessoa mora. Mas a comunidade de uma forma geral, fala que prefere que tenha uma lombada na escola, perto da escola. Então, as pessoas priorizam muitas vezes aquilo que é o mais importante para atender o maior número de pessoas. O Fala Curitiba é um programa que é feito, que é construído pela população. A Prefeitura está lá para dar o suporte, damos a orientação geral, mas quem constrói as demandas é a população. Então, por exemplo, quando a Vereadora coloca que tem mais, que gera uma preocupação, tem mais pedidos de obras, de asfalto, do que na educação, na saúde e na assistência, é porque a população provavelmente naquele momento está se sentindo mais atendida e não tem tanta demanda para solicitar na saúde, na educação ou em outras áreas, mas sim o que está afetando a vida dela no dia a dia, naquele momento, talvez seja a falta de um asfalto numa rua de saibro ou a melhoria da pavimentação numa rua que precisa de uma manutenção. A Prefeitura não direciona as demandas para onde tem o interesse, nós simplesmente analisamos aqueles mais de trinta e oito mil pedidos que ocorreram ali, cada cidadão poderia pedir até cinco demandas. Então, dentro daqueles trinta e oito mil pedidos, simplesmente fazemos a tabulação e vemos aquilo que está sendo mais demandado para poder passar para a Finanças, para que eles também possam orientar a construção do orçamento em cima daquelas que são as principais necessidades. Espero que tenha respondido às questões que foram colocadas. **A Sra. Noemia Rocha:-** No Fala Curitiba Móvel, está no relatório, uma queda de 7%. **O SR. ALEXANDRE MATSCHINSKE:-** A senhora está falando só do Fala Móvel? Aí precisamos até... eu não trago esse número porque não fazemos o acompanhamento da participação pelo, por exemplo, teve tantas pela internet, tantas presenciais, tantas no Fala Móvel. Olhamos o cenário geral, porque como eu falei, a participação é igual nos três formatos, com uma diferença que na participação presencial existe essa possibilidade de conversar com os técnicos. Então, tem muita demanda que é levada nas reuniões presenciais, que já sai dali com encaminhamento, porque é uma questão que talvez seja de uma solução mais fácil. Para nós o que realmente importa, se for pensar em crescimento, se for pensar em número, não é nem tanto a quantidade de pessoas participando em cada uma das etapas, mas para nós o que é importante é que tenhamos, sim, essa retenção das participações que vem tendo um aumento, porque isso demonstra que a população vê que participar do programa está funcionando e retorna no ano seguinte. Até um dado que acompanhamos é que realmente a pessoa quando participa uma vez tende a continuar participando, por isso esse aumento. Pode ser que no Fala Móvel esse número tenha sido diminuído, talvez até pelo tempo, porque como estamos agora em um ano eleitoral, tivemos que fazer essa parte da LDO um pouco mais enxuta na questão de tempo para poder caber dentro do nosso calendário. Mas, com certeza, até o final do Fala Curitiba, que acontece agora na última semana de junho, eu tenho certeza que o número que este ano já está dando é indicativo de que será maior a participação geral do que no ano anterior. Obrigado. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Retornando às perguntas. A questão da Vereadora Indira também e já a questão da Vereadora Noemia, a questão da população de rua. Embora tenha cinquenta ali, Vereadora, não está só na FAS, tá? Nós temos também na segurança pública algumas ações voltadas à questão da população com drogadição, que também trabalha com a população de rua. Existe meta este ano prevista para a contratação das vagas naquelas unidades de tratamento, mas até o momento há uma dificuldade no processo de contratação, ele ainda não se realizou.

Tem que se ter uma série de documentos, a nova lei de licitação é muito criteriosa e não conseguimos operacionalizar junto com as instituições ainda essa contratação, por isso que o orçamento se reporta ao que existe hoje. Não significa que na proposta orçamentária isso não possa estar ampliado, desde que consigamos uma questão operacional que nos permita. Então, se temos recursos, se temos previsão, mas precisamos que operacionalmente seja possível fazer para colocar as metas previstas no orçamento. Como eles ainda estão tentando ajustar isso agora enquanto fazemos a LDO, a posição veio que nós realmente temos e na sequência, se realmente vingar esses convênios todos com as entidades que estão tentando celebrar, aí sim, você tem metas ampliadas nos próximos exercícios. A questão da desapropriação, da mesma forma, por enquanto há uma dificuldade extrema de encontrar o terreno, de desburocratizar todas as questões de terreno para que consigamos colocar uma quantidade efetiva do que vai acontecer no orçamento do ano que vem. Então, por enquanto, você tem uma meta ampla, que é a da LDO, é um valor, a abertura da meta, vou dizer assim, não numérica, mas da meta orçamentária, para que depois você possa pormenorizar quando chegar a época do orçamento, daí já teremos uma visão efetiva daquilo que pode acontecer no próximo exercício. Habitação social, Vereadora Giorgia, nós temos o fundo onde ficam qualificadas as questões dos recursos, um fundo que pela primeira vez temos efetivamente o mecanismo de recurso constante para o fundo. Então, o fundo é uma inovação importante para a questão da habitação social, porque ele traz uma vinculação constante de recursos para habitação, tanto que só vimos crescer, em pouco tempo temos mais de cinquenta milhões lá dentro do fundo. O fundo é coordenado por um conselho com a sociedade civil, onde se tomam as decisões do que será feito, do que será construído, onde será construído, dentro desse conselho. Então, é esse conselho que operacionaliza o fundo, que determina o que vai ser executado dentro do fundo, que depois é operacionalizado pela SMOP. Financeiramente você tem recursos dentro do fundo e nós temos recursos na Secretaria de Obras que estão vinculados às ações que vêm da Cohab e são para terminar aqueles antigos processos do PAC e os novos que estamos executando, como, por exemplo, o Bairro Novo da Caximba. Temos em dois locais no orçamento, tanto na Secretaria de Obras quanto no fundo de habitação, esses recursos para a questão da habitação social. **A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:-** É possível emendar uma pergunta só nessa, rapidamente? Só perguntar se também além da Caximba tem alguma previsão para o Tatuquara de construção de casas? **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** O da Caximba eu acho que é relacionado àquele Bairro da Caximba só mesmo e parece que é só ali. Eu realmente não tenho o detalhe, Vereadora, acho que teria que verificar junto a Cohab, tá? **A Sra. Giorgia Prates - Mandata Preta:-** Tá. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Ainda a questão sobre a Creche do Idoso, da mesma forma, Vereadora, acho que está se verificando a viabilidade e tudo para que no orçamento, se for viável, venha detalhado isso. Por enquanto são metas mais amplas. E a tarifa técnica e a tarifa social, existe uma previsão ali de risco, não significa que ela vai acontecer, mas é um risco, porque na questão da tarifa de ônibus, você tem uma série de coisas que podem variar como a questão de quantidade de passageiros, a questão dos custos, do transporte, do combustível e do custo da mão de obra. Então, como você tem uma série de variáveis nesse processo e achamos por bem deixar declarado que existe um risco de valor, não significa que ele vá acontecer. E esse risco depende muito do que vai aparecer no trânsito do exercício. Certo? Acho que respondi todas. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada ao Alexandre e à Daniele pelas respostas. Encerramos as inscrições. Temos ainda um último Vereador que está inscrito, Vereador Tico Kuzma e depois, na sequência, uma pergunta que recebemos de um cidadão por *e-mail*, agora durante a audiência. Concedo a palavra ao Vereador Tico Kuzma. **O Sr. Tico Kuzma:-** Obrigado, Presidente em exercício da Comissão, Vereadora Indira Barbosa. Cumprimento o Alexandre, a Daniele e os demais servidores tanto do IMAP quanto da Prefeitura, da Secretaria de Finanças, que estão mais uma vez aqui na Câmara prestando essas

informações à população. Importante esse compromisso legal, mas também esclarece e retira as dúvidas. Parabenizar na realidade a gestão do Prefeito Rafael Greca e do Vice-Prefeito Eduardo Pimentel, pelo Fala Curitiba. Essa maneira, essa forma utilizada de consultar a população que traz resultado, que cada vez cresce mais a participação das pessoas, seja pela internet, seja nas consultas que as Regionais fazem diretamente à população, juntamente com o IMAP. É um programa que sem dúvida é premiado internacionalmente. É um programa reconhecido, premiado e que está atingindo o resultado, atendendo a população. O Alexandre explicou muito bem aqui, nas reuniões locais do Fala Curitiba todas as secretarias estão à disposição da população, não só para orientar como preencher, como participar, como indicar as obras, mas também para tirar e fazer esclarecimentos sobre algo que já está acontecendo no bairro. Muitas vezes vários problemas se resolvem nessas próprias reuniões do Fala Curitiba. A comunidade vai, esclarece, recebe a orientação e as secretarias também anotam muitas coisas que já podem ser resolvidas sem o orçamento ou com o próprio orçamento do município, sem necessidade de levar à frente no Fala Curitiba. Isso é também uma grande virtude dessas reuniões do Fala Curitiba, onde a população participa e conversa diretamente, seja por diretores das secretarias, às vezes os próprios secretários ou pelos técnicos que estão ali para esclarecer. (C) É importante que cada técnico é de cada regional que participa, então eles já conhecem as regiões e as demandas. Então, Alexandre, Dani, demais servidores, colaboradores, parabéns! Viva Curitiba e viva o Fala Curitiba! **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Vereador Tico Kuzma. Um dos *e-mails* que foi enviado agora durante a audiência é do Sr. Márcio Silva. Ele fala sobre a meta de implantação de um ecoponto no ano de 2025, e ele pergunta, considerando a importância desse programa, se o município considera suficiente a ampliação de somente uma unidade de atendimento. E nós temos um outro *e-mail* também, só vou mencionar de forma rápida, porque o e-mail é mais longo, foi recebido pela Ouvidoria da Câmara durante o processo da consulta pública, que é sobre a Cohab também. Aqui não aparece o nome, mas é um vendedor ambulante, e ele relata de forma mais detalhada a dificuldade de conseguir uma casa, falando que a fila da Cohab é muito longa, que tem pouco investimento nessa área, e que ele não consegue pagar o aluguel, enfim. Ele questiona também sobre o investimento na área de habitação popular, questiona a criação de conjunto Cohab para a população sem-teto, falando da importância da moradia. Também para ficar registrado aqui, é uma área que também sempre questionamos, fazemos sugestões e tudo, então se vocês puderem complementar. Dessa forma, finalizaram os questionamentos, fica para os senhores responderem e fazerem as considerações finais para encerrarmos a audiência, na sequência. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** A questão do ecoponto. Já temos uma série de ecopontos distribuídos na cidade. A implantação, por enquanto, prevista é de um. Também demanda encontrarmos terreno, encontrar espaço, fazer um trabalho junto à comunidade, que é feito para que seja feita a implantação. Realmente hoje o que nos aparece é de um ponto, que foi listado pelo Meio Ambiente. Teria que verificar diretamente com o Meio Ambiente se existe, o porquê, se existe alguma outra ideia sobre essa questão. A questão da casa e a dificuldade de moradia, nós sabemos que é uma dificuldade que não é específica do Município de Curitiba. O Brasil tem uma dificuldade com isso. Nós sempre tivemos recursos federais voltados à questão da moradia. Durante os últimos anos tivemos um apagão do recurso federal, isso está se reorganizando. O município trabalhou muito vinculado às questões do recurso federal. Agora surge com uma proposta que realmente são recursos municipais que estão sendo vinculados aos fundos e que podem trazer um trânsito tranquilo e constante de produção de moradias para frente. Já temos um bom recurso e para frente teremos mais recursos porque o mecanismo de aporte é constante ao fundo. Então nós teremos uma ação constante para a habitação, independente das ações federais. E isso é uma coisa que Curitiba tem, que vários outros não têm, porque estamos criando uma forma de encontrar recursos para a habitação no município. Mesmo assim, podemos ver que nas

consultas que foram ocorrendo, a habitação é uma demanda que fica para o final da lista dentro da população. Sabemos da premência, sabemos que as pessoas que têm a realidade têm uma necessidade efetiva, mas também compete com as demais necessidades que se apresentam no município e que se colocam à frente inclusive pela população. **A SRA. PRESIDENTE:-** Alexandre, se quiser fazer suas considerações finais. **O SR. ALEXANDRE MATSCHINSKE:-** Estou pedindo para a nossa equipe fazer um levantamento, porque o ecoponto apareceu entre as demandas elegíveis em alguma regional, se não me engano em duas regionais apareceu como elegível, ou seja, uma questão que a Secretaria de Meio Ambiente considera que dá para atender. Ou seja, se for eleita agora na LOA, provavelmente a Finanças vai, com a Secretaria de Meio Ambiente, incluir mais um ou dois pontos, caso seja eleito aí entre as principais demandas das regionais. Então, esse é um exemplo bem claro de como funciona o processo do Fala Curitiba. E agradecer aos Vereadores pela escuta aqui do Fala Curitiba e da apresentação da LDO pela Secretaria de Finanças. E, como sempre, nos colocar à disposição de todos para quem quiser conhecer mais do programa, quem quiser entender um pouco mais sobre o programa, a nossa equipe está sempre de portas abertas para poder detalhar e explicar cada vez mais o funcionamento desse programa que vem sendo tão reconhecido e premiado em vários cantos, mundo afora. Graças a Deus esse realmente é um programa que nos enche de orgulho, e tenham a certeza de que a cidade está sendo construída em parceria com a comunidade, tá bom! Muito obrigado. Uma boa semana a todos. **A SRA. PRESIDENTE:-** Obrigada, Alexandre, obrigada, Daniele, todas as equipes do IMAP e da Secretaria de Finanças. Informamos que as sugestões dos participantes ou as feitas via consulta pública poderão ser, após análise técnica, objeto de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, apresentados pelos Vereadores membros deste Legislativo ou pela Comissão de Economia Finanças e Fiscalização. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a participação dos Srs. Vereadores, demais autoridades, todos que acompanharam, um agradecimento especial também à equipe dos servidores da Câmara, da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização, e aqui do Deprole, que me auxiliaram bastante a presidir esta audiência no lugar do Vereador Serginho do Posto, que é o presidente da comissão e que não pôde participar conosco hoje. Muito obrigada. A pedidos, para tirar uma foto com as equipes do IMAP e da Secretaria de Finanças com os Vereadores." Do que para constar, eu, Roberjan Prestes Filho, lavrei a presente Ata de Comissão, conforme as notas taquigráficas. A ata será disponibilizada aos vereadores da comissão e, se não houver impugnação no prazo de três dias úteis, será considerada aprovada.

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Membro

Giorgia Prates - Mandata Preta
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro